

Intervenção do Ministro das Finanças na Conferência Anual da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) subordinada ao tema “Um futuro mais aberto ao mercado”

Fundação Calouste Gulbenkian, 23 de maio de 2023

(Como preparado para ser proferido)

Exmo. Senhor Presidente da CMVM,

Membros do Conselho de Administração da CMVM,

Exma. Senhora Presidente da ASF,

Demais membros de órgãos sociais das entidades reguladoras,

Exmos senhores Administradores da Fundação Calouste Gulbenkian, nossos anfitriões,

Minhas senhoras e meus senhores,

Começo por agradecer o amável convite para participar neste importante dia de trabalhos para a CMVM e para o mercado de capitais português.

Permitam-me que comece por destacar o contexto económico complexo que atravessamos, resultante de forças de sentido divergente.

Invocarei depois o que me parecem ser alguns dos fatores de resistência da nossa economia que importa continuar a estimular e a apoiar.

Finalmente, terminarei com algumas palavras sobre a relevância do mercado de capitais nacional e o que temos vindo a fazer nesta frente.

*

Minhas senhoras e meus senhores,

Não nos faltam desafios. Mas, também quero aqui afirmar hoje: não faltam forças e fatores de resistência na economia.

Sabemos bem que o prolongamento das tensões geopolíticas introduz níveis de incerteza elevados sobre o andamento da economia internacional.

Sabemos também que os efeitos da inflação continuam a sentir-se por toda a Europa penalizando os consumidores, e criando efeitos de ilusão monetária que prejudicam os salários e os rendimentos dos investimentos.

Sabemos ainda que as subidas de taxas de juro e a redução da intervenção dos bancos centrais nos mercados de dívida estão a penalizar crescentemente as famílias, empresas e Estados – particularmente os mais endividados.

Mas, perante estes fatores de pressão, a resistência da economia europeia, incluindo a portuguesa, tem sido notável.

A Europa evitou a recessão que muitos consideravam inevitável perante o tabuleiro de guerra montado a Leste. E pelo caminho, num ano, acelerou um processo de reconversão energética que muitos consideravam impossível.

A generalidade dos Estados europeus conseguiu implementar importantes pacotes de apoios a famílias e empresas, protegendo a atividade económica e a coesão social.

Por outro lado, o sistema financeiro aguentou a pressão, sem sobressaltos de potencial relevância sistémica, assegurando ao mesmo tempo a manutenção do financiamento à economia.

Não é assim de estranhar que, depois dos meses de queda verificados após a invasão da Ucrânia pela Rússia, a confiança de consumidores e empresários na Europa tenha vindo a recuperar desde o final de 2022.

*

Minhas senhoras e meus senhores,

Em Portugal, consumidores e empresários também estão mais confiantes. E têm razão para isso.

Com a cautela e ponderação que a incerteza atual requiere, o nosso futuro, sendo exigente, avizinha-se mais sólido. Este é o resultado de uma abordagem cautelosa, ponderada e focada no risco adotada pelo Estado, pelas empresas e pelas famílias.

Permitam-me por isso que destaque alguns pontos que sublinham a importância de continuarmos este caminho de prudência e segurança, sempre com a ambição de procurar condições cada vez melhores para o nosso país.

- O bom arranque do primeiro trimestre levou a Comissão Europeia a prever um crescimento da economia portuguesa de 2,4% em 2023, o que nas suas previsões se traduz no terceiro maior crescimento da Zona Euro – sendo mais do dobro da média prevista para a região.
- Este crescimento significa, nas contas da Comissão Europeia, um aumento da produtividade e eficiência na nossa economia de 1,9% em 2023. Para a Zona Euro a estimativa europeia é de um crescimento de 0,4%. Este é mais um sinal da transformação profunda que está em curso no tecido produtivo português, que é cada vez mais competitivo, exporta cada vez mais, e atrai cada vez mais talento.
- É importante referir que mais crescimento significa, na prática, melhores condições de vida.

Porque permite ao Estado continuar a apoiar quem mais precisa face ao choque inflacionista. Mas, sobretudo, crescimento significa melhores condições de vida porque se traduz em mais empregos e melhores salários.

Os dados oficiais mostram que nunca Portugal teve tantos empregos como hoje. Ou seja, a subida do desemprego resulta de um aumento da população ativa, sendo acompanhada do aumento do número de empregos. Regista-se também que as remunerações declaradas à Segurança Social estão a crescer cerca de 8% - um valor em linha com a inflação do ano passado e superior à inflação esperada para este ano.

O mercado de trabalho está a assegurar, na sua dinâmica privada, um crescimento das remunerações com significado, nomeadamente para aqueles que procuram novos empregos.

Para estes resultados não serão alheios os acordos de rendimentos firmados com parceiros sociais no final do ano passado.

- A inflação abrandará ao longo do ano, e tanto o FMI como a Comissão Europeia aproximam-se agora da previsão de 5,1% do Governo, o que significa que teremos meses com inflação inferior a 3% ao longo deste ano. Este resultado será um importante contributo para a estabilização das expectativas futuras das famílias, das empresas e dos restantes agentes económicos.
- Finalmente, Portugal terminará o ano com um orçamento próximo do equilíbrio. E com mais uma descida da dívida pública, que cairá para valores inferiores a 110% do PIB.

Quero destacar que em 2023 a descida da dívida vai permitir um feito da maior importância estratégica, económica e política para o País.

Portugal terminará o ano com um peso da dívida inferior a Espanha e França e praticamente alinhado com o da Bélgica, não se excluindo que fique também abaixo deste. Ou seja, no espaço de dois anos, Portugal passa de uma terceira posição isolada, para a perspetiva de acabar o ano na sexta posição, o que é uma inegável conquista da nossa política.

- Este esforço permitir-nos-á poupar muito dinheiro em juros, e ganhar maior confiança junto dos investidores. Confiança essa que significa também menores custos de financiamento para as empresas e famílias. Note-se que, na passada sexta-feira, a agência Moody's subiu a perspetiva para a dívida pública portuguesa, abrindo a porta a uma subida de *'rating'* ainda em 2023. A confirmar-se, Portugal registará quatro subidas de *'rating'* pelas quatro maiores agências em pouco mais de um ano.

*

Minhas senhoras e meus senhores,

Dedicarei a parte final da minha intervenção ao contributo que o mercado de capitais pode oferecer a Portugal.

Como bem sabemos, um mercado de capitais desenvolvido é fundamental para assegurar o crescimento económico, facilitando o financiamento privado da inovação, assegurando uma alocação mais eficiente de recursos e permitindo uma melhor gestão do risco.

Ainda que o Estado esteja focado em apoiar de forma relevante as transições verde e digital, o forte investimento que estas exigem na próxima década não poderá ser concretizado apenas com fundos públicos.

É fundamental por isso uma maior mobilização de capitais privados, sendo particularmente importante que as nossas empresas se tornem menos dependentes de instrumentos de financiamento curto prazo, nomeadamente sob a forma de empréstimos bancários.

Esta foi aliás uma prioridade que destaquei na última vez que estive aqui, na conferência anual da CMVM. E que foi depois traduzida na criação do Incentivo à Capitalização das Empresas, resultando num forte apoio fiscal à retenção de lucros dentro das empresas; e à simplificação e alargamento do regime de reporte de prejuízos fiscais.

Minhas senhoras, meus senhores,

Um modelo económico que garanta um 'mix' adequado de capital e financiamento entre o setor bancário e o mercado de capitais confere maior estabilidade e capacidade ao setor empresarial para crescer, inovar, arriscar e aceder a novos mercados.

Em simultâneo, Portugal não pode desperdiçar a inovação a que temos assistido no mercado, traduzida numa diversificação das formas de investimento, com o aparecimento de novos serviços financeiros e de novos agentes e estruturas de

mercado – os quais constituem uma oportunidade e um desafio para os reguladores e supervisores.

Perante este contexto, o Governo tem desenvolvido um conjunto de iniciativas, das quais destaco três:

- A revisão do Código dos Valores Mobiliários, que entrou em vigor no início de 2022, e que incorpora alterações com o objetivo de simplificação, harmonização e flexibilização do enquadramento jurídico nacional, visando o reforço da competitividade do nosso mercado de capitais.
- A aprovação do Regime da Gestão de Ativos, em março de 2023, que veio simplificar e harmonizar a legislação nacional e garantir maior proporcionalidade e equilíbrio regulatório na área da gestão dos organismos de investimento coletivo.
- Finalmente, a aprovação, para breve, do regime nacional de implementação do regulamento europeu que estabelece um regime experimental para a operação da tecnologia do registo distribuído (DLT), mais conhecida por ‘blockchain’.

O Governo continuará a trabalhar para, em tempo útil, promover outras prioridades que também já partilhei convosco, em particular medidas que possam reduzir os custos de acesso ao mercado de capitais pelas empresas; aumentar a liquidez do mercado e dos seus vários instrumentos; e tornar mais atrativo o mercado de capitais português para todos os tipos de investidores, incluindo individuais, criando mais incentivos à poupança de médio prazo.

*

Minhas senhoras e meus senhores,

O mercado de capitais, como de resto a economia portuguesa, não pode ser olhado isoladamente. Somos parte da União Europeia, e é neste quadro que devemos olhar para os nossos desafios.

O mercado de capitais europeu ainda não atingiu todo o seu potencial, observando-se um elevado grau de fragmentação e de heterogeneidade.



Foram, contudo, alcançadas melhorias significativas nos últimos anos, nomeadamente na implementação do Plano de Ação para a União dos Mercados de Capital em matéria de financiamento sustentável, na legislação relativa aos criptoativos, no financiamento colaborativo ou na distribuição transfronteiriça de fundos de investimento.

O ímpeto para avançar com estes dossiês foi reforçado pelo pedido dos líderes no Conselho Europeu de março para que a União dos Mercados de Capitais fosse aprofundada e os processos legislativos em curso finalizados, por forma a assegurar a competitividade da economia europeia.

Esperamos por isso novas propostas da Comissão Europeia ainda este semestre. E sobre elas poderão contar, como até aqui, com uma participação ativa do Governo e do Ministério das Finanças. E, estou seguro, da equipa da CMVM que mantém de há uns anos a esta parte um foco genuíno e persistente no desenvolvimento do mercado e na proteção dos investidores.

Desejo a todos um bom dia de trabalho.